



DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA	
DIA	16. JAN. 1980	CAPITAL	
DIÁRIO		TARDE	
A TRIBUNA			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			

Pintassilgo não deve voltar à UNESCO

Por Helena Roseta

Tomou o Governo da Aliança Democrática a decisão de demorar em Lisboa a eng. Maria de Lurdes Pintassilgo, por enquanto e ainda embaixadora de Portugal na UNESCO. Muito naturalmente, a opinião pública interroga-se sobre se o VI Governo irá, ou não, manter a ex-Primeira Ministra no desempenho daquelas funções em Paris.

Poderíamos invocar, contra tal permanência, muitos argumentos, desde a nefasta acção desenvolvida pela eng. Pintassilgo, antes de assumir a liderança do V Governo, no que respeita à defesa e promoção da língua e cultura portuguesas, até à solidariedade activa que sempre manifestou para com projectos políticos terceiro-mundistas, que nada têm a ver com o voto maioritário dos portugueses.

Preferimos, porém, reduzir-nos à lógica duma argumentação simples, que gira em torno do facto de Pintassilgo ser, indiscutivelmente, uma embaixadora política. É conhecida a posição dos partidos da AD contra o uso e abuso de embaixadores políticos na nossa política externa, posição que ainda há dias foi reafirmada na Assembleia por Sá Carneiro.

Seria, pois, legítimo desde logo concluir que o Governo da AD não manterá Pintassilgo na UNESCO.

Poderão, no entanto, levantar-se algumas objecções: será que o Governo da AD vai proceder a um pretenso acto revanchista, contrário à atitude de moderação e tolerância que tem apregoado? Será que o Presidente da Re-

pública aceitará e executará uma deliberação governamental hostil à manutenção de Pintassilgo naquela cargo?

É cedo para conhecermos a resposta concreta a tais questões, já que apenas hoje terá lugar uma reunião entre Freitas do Amaral e a embaixadora em causa, onde o assunto será debatido. Mas será bom que tornemos desde já público aquilo que julgamos ser o claro desejo dos eleitores da Aliança Democrática.

Estando fora de questão o empenhamento político terceiro-mundista da embaixadora de Portugal, tornado óbvio perante todos os portugueses no decurso do mandato do V Governo, a resposta à primeira questão só pode ser uma: não deve o Governo da AD consentir na permanência, na embaixada da UNESCO, duma figura que não goza da confiança política das forças que exprimem a vontade da maioria dos eleitores. E não haverá nessa atitude, qualquer espécie de revanchismo ou de fúria saneadora. Nunca se viu, em democracia, um Governo maioritário reiterar a sua confiança política em personalidades claramente apoiadas pelas minorias da oposição parlamentar. Nem a opinião pública compreenderia que doutro modo se agisse.

Não parece que recordar, a pretensa boa-fé ou as convicções religiosas da eng. Pintassilgo altere, dalgum modo, este raciocínio. O abaixo-assinado, ontem divulgado, de um grupo de "católi-

cos progressistas", que invocam o Evangelho para elogiar a ex-Primeira-Ministra é, quanto a mim, perfeitamente desnecessário. É misturar alhos com bugalhos, o que não se estranha, dada a proveniência das assinaturas.

Mas se pouca importância e representatividade atribuímos ao referido abaixo-assinado, o mesmo não poderemos dizer da posição que o general Eanes irá tomar neste caso, já que ele pode ser o primeiro embate concreto entre a firme determinação do Governo no sentido de assumir a direcção da política externa portuguesa e o desejo do Presidente da República de manter uma prática de diplomacias paralelas, em que Melo Antunes e Pintassilgo serão figuras indispensáveis.

Dir-se-á que a Constituição atribui ao Presidente a competência de nomear — e, portanto, também a de exonerar — os embaixadores de Portugal no estrangeiro. Mas, a verdade é que tal competência se deve exercer, nos termos constitucionais, sob proposta do Governo. Cabe, pois, ao Governo propor desde já ao Presidente da República a exoneração de Pintassilgo, a que o general Eanes dará ou não seguimento, consoante entender. Mas não nos parece que Pintassilgo possa regressar a Paris contra a vontade expressa dum Governo maioritário, sob pena de se estar a inutilizar, numa instância tão importante como é a UNESCO, o voto dos portugueses.